

JOÃO DUNS SCOTUS  
– *TRACTATUS DE PRIMO PRINCIPIO* \*  
Capítulo II

Luis Alberto De Boni

---

**[Análise comparada da ordem essencial, ou inter-relação dos elementos essencialmente ordenados]**

*[Prólogo, oração e axiomas]*

[9]<sup>1</sup> Examinam-se, a seguir, dentro de um esquema argumentativo, as quatro divisões, e comparam-se os extremos mencionados.

De dictis quatuor divisionibus ostendendis et de extremis dictorum ordinum essentialium comparandis hic proceditur arguendo.

---

\* O *De Primo Principio* foi dos últimos trabalhos produzidos por Duns Scotus. Trata-se de um fascículo composto por quatro capítulos. Ao que consta, é a primeira obra dos séculos XIII e XIV, dedicada exclusivamente ao estudo filosófico – deixando de lado, pois, a Teologia – da existência e das perfeições de Deus. É apresentado aqui o segundo capítulo, no qual diversas conclusões concatenadas são colocadas como pressupostos para que se possa afirmar, nos capítulos seguintes, a existência de um uma natureza primeira e os atributos de que ela é dotada. Trata-se de um texto único, pois nenhum outro medieval elencou desse modo os pressupostos de sua argumentação sobre Deus.

<sup>1</sup> Se no primeiro capítulo foram examinadas a distinção entre as duas ordens essenciais e suas subdivisões, trata-se agora de analisar as conexões entre elas. A argumentação, daqui até o final, dá-se através de conclusões concatenadas entre si, sendo que as posteriores pressupõem as anteriores, às quais continuamente remetem. Os capítulos 2 e 3 fundamentam-se em Aristóteles e Avicena, a fim de demonstrar filosoficamente a existência de uma natureza primeira única. Eles permitem que se constate como foi grande a influência de Avicena sobre Scotus. A edição crítica latina da então chamada *Metafísica de AVICENA (Liber de Philosophia Prima sive Scientia Divina)*. Leiden: Brill, 1977-1983) torna acessível o talvez mais importante texto árabe de metafísica, cuja leitura, principalmente do tratado 6, marcou indelevelmente todo o pensamento filosófico medieval.

O primeiro parágrafo é utilizado como enunciado geral do capítulo, que, na realidade, limita-se à análise do segundo membro da ordem essencial, isto é, o ordenado ao fim, o efetuado, o materializado, o formado, o excedido e o condicionado.

Segue-se uma oração, como em todo o início de capítulo, na qual é citada a autoridade de Agostinho, a quem Deus, diz ele, ensinou infalivelmente. Não fora o contexto de oração, Scotus poderia ter citado

Senhor, nosso Deus, tu ensinaste infalivelmente ao doutor, Santo Agostinho, quando de ti, Deus trino, escreveu, no I Livro *Sobre a Trindade* (c 1, PL 42, 820): “Não há nenhuma coisa que dê a si mesma o ser”. Não nos ensinaste com igual certeza esta outra verdade, semelhante à aquela:

PRIMEIRA CONCLUSÃO: *Nenhuma coisa possui uma relação de ordem essencial para consigo mesma?*

Com efeito, no que se trata da ordem de eminência, que há de mais absurdo do que o fato de que uma coisa exceda a si mesma em sua perfeição essencial? E no que se refere às outras seis ordens, tomando-se *dependência* no sentido dado acima, que há de mais absurdo do que o fato de que um ser depende essencialmente de si mesmo ou que algo possa existir sem si mesmo?

De resto, também é conforme com a verdade:

Domine deus noster, qui doctorem venerabilem Augustinum de te trino scribingentem infallibiter docuisti quod ipse in primo libro de Trinitate scribit dicens: Nulla omnino res est quae seipsam gignat ut sit – nonne tu nobis aequae certitudinaliter impressisti hanc similem veritatem:

PRIMA CONCLUSIO: *Quia nulla omnino res essentialem ordinem habet ad se.*

Nam de ordine eminentiae quid est impossibilius quam idem seipsum excedere secundum perfectionem essentialem? De aliis sex ordinibus quid impossibilius quam idem a se essentialiter dependere, quam sine seipso posse esse secundum intellectum huius superius assignatum?

Hoc etiam consonat veritati:

---

Aristóteles, que diz o mesmo: “*generat autem nihil ipsum sibi ipsum* (“nenhuma coisa gera a si mesma”. II *De anima* c 4. 416b), ainda mais que as verdades a que se refere não são propriamente as da revelação, mas aquelas da razão natural.

Cabe observar, que a palavra ‘conclusão’, utilizada pelo autor, acaba levando consigo uma certa ambigüidade. Geralmente chama-se ‘conclusão’ a parte final de um silogismo, isto é, algo que se inferiu de premissas anteriores. Acontece, porém, que as três primeiras conclusões deste capítulo não se classificam como tais, cabendo-lhes antes a classificação de ‘axiomas’. Elas pertencem ao *habitus principiorum* da razão, através do qual esta se torna apta a tirar conclusões. “Sentenças, que exprimem tais verdades, são evidentes de forma imediata, isto é, graças à simples apresentação de seus termos. Elas dispensam qualquer fundamentação através da mediação de um termo médio, isto é, de uma conclusão, pois nem necessitam e nem são capazes dela. O que as pode fundamentar é a demonstração de que sua negação leva à contradição. Neste sentido, elas fundamentam-se no princípio de contradição, como no princípio supremo” (KLUXEN, W. *Abhandlung über das erste Prinzip*. Darmstadt: WBG, 1974, p. 142 – daqui em diante citado como KLUXEN). WOLTER, A. B. (*A Treatise on God as a First Principle*. Chicago: Franciscan Herald Press, 1966, p. 174 – daqui em diante citado como WOLTER), embora concordando com Kluxen, julga que, no rigor da análise, é possível falar em ‘conclusão’, pois, para Scotus, não é evidente que os termos disjuntivos da ordem essencial andam juntos.

A primeira conclusão diz que, tanto na ordem da eminência como na da dependência, o fato de ser impossível uma relação essencial de algo para consigo mesmo dispensa provas, pois é impossível que uma coisa seja maior ou menor do que si mesma.

A segunda conclusão nega a circularidade. Aristóteles nega-a na argumentação, Scotus, nas coisas. A negação desta conclusão, como ele observa, implica na afirmação do oposto da primeira conclusão.

A terceira conclusão coloca-se na linha das duas anteriores.

SEGUNDA CONCLUSÃO: *Em nenhuma ordem essencial é possível o círculo.*

Se uma coisa é anterior ao anterior, é também anterior ao posterior. Da negação desta segunda conclusão segue-se o oposto da primeira. Além disso, negando-se esta conclusão, a mesma coisa seria essencialmente anterior e posterior com relação a uma outra, e por isso mais perfeita e menos perfeita, ou dependente e independente. Ora, todas estas afirmações distam muito da verdade. Aristóteles, no I Livro dos *Analíticos Posteriores* (c 3, 72b 25) exclui a circularidade da ordem nas demonstrações, e nas coisas ela é igualmente impossível.

Com base nesta segunda conclusão, demonstro uma terceira, que se fundamenta na primeira e nela se encontra já incluída. Haverá de usá-la mais adiante:

TERCEIRA CONCLUSÃO: *O que não é posterior ao anterior, tão pouco é posterior ao posterior.*

Esta afirmação prova-se pela conclusão precedente. E dela conclui-se: o que não depende do anterior, não depende também do posterior; além disso, o que não é causado por uma causa anterior, também não o é por uma causa posterior, porque a causa posterior, no exercício de sua causalidade, depende da anterior.

SECUNDA CONCLUSIO: *Quia in quocumque ordine essentiali est circulus impossibilis.*

Quia si quidquid est prius priore, est prius posteriore: sequitur oppositum primae ex secunda negata. Idem etiam erit prius essentialiter et posterius eodem, et ita perfectius et minus perfectum eodem, vel dependens et independens respectu eiusdem, quae longe sunt a vero. Hunc circulum excludit Aristoteles a demonstrationibus 1° Posteriorum, nec minus impossibilis est in rebus.

Iuxta hanc secundam tertiam quandam, quae a prima probatur et in ipsa satis includitur, explico, quia inferius utar ipsa:

TERTIA CONCLUSIO: *Quod non est posterius priore, nec posteriore.*

Sequitur ex affirmativa dicta. Et ex ista sequitur: Quod non dependet a priore, nec dependet a posteriore. Et ultra: Quod non est causatum causae prioris, nec posterioris, quia posterior in causando dependet a priore causante.

[10]<sup>2</sup> – [Programa ulterior]

Sob a tua guia, ó Senhor, podemos confrontar entre si as seis ordens enumeradas, começando pelas quatro que surgem entre a causa e o causado. Renuncio todavia à análise da distinção entre elas, bem como à justificação do caráter exauriente de sua divisão, pois parecem ser temas por demais conhecidos. Deter-me nisto poderia ser prolixo e desnecessário para o que pretendo. Por isso, limitar-me-ei a comparar estas ordens no referente à concomitância ou à consequência quanto ao causado, deduzindo seis conclusões.

[11]<sup>3</sup> QUARTA CONCLUSÃO: *O que não é ordenado para o fim não é feito.*

Esta conclusão é primeiramente demonstrada assim: uma coisa, que não provém de uma causa propriamente eficiente, não é feito. Porém, uma coisa, que não está ordenada para um fim, não provém de uma causa eficiente por si. Logo, [não é feito].

Iam te deo duce dictos sex ordines invicem comparemus, et primo quatuor ordines causae ad causatum. Istorum tamen differentiam vel in dividendo sufficientiam, quia satis nota videtur utraque, hic prosequi praetermitto; prolixum enim posset esse nec ad propositum necessario requisitum. Tantummodo dictos ordines quantum ad concomitantiam vel consecutionem ex parte causati in sex conclusionibus comparando.

QUARTA CONCLUSIO: *Quod non est finitum, non est effectum*

Probatur primo sic: Quia quod non est ab aliqua causa per se efficiente, non est effectum; quod non est ad finem, non est a causa efficiente per se; igitur etc.

<sup>2</sup> Scotus passa agora a verdadeiras conclusões, dentro de procedimentos silogísticos. O amor pela brevidade fá-lo seguir o que não era raro entre os medievais: deixar o silogismo incompleto. A fim facilitar a leitura e a compreensão, por vezes será colocada entre colchetes a conclusão do silogismo. A ordem que seguirá será a inversa da apresentada no capítulo anterior. Nela, porém, não se atém a examinar a relação entre causa e causado, nem a fazer uma análise exauriente das causas, por tratar-se de tema recorrente e por demais conhecido em seu tempo. As conclusões 4 a 9 referem-se à 4ª divisão do primeiro capítulo; a 10ª à 3ª divisão; as conclusões 11 e 12 à 2ª; as conclusões 13 a 15 à 1ª divisão; a 16ª é comparação de um membro da 1ª e um da 4ª; o excedido e o ordenado ao fim.

<sup>3</sup> O tema desta conclusão e da próxima será retomado na quarta conclusão do capítulo quarto, sob o número [56]. 'Efeito', como consta no título desta e da próxima conclusão, é tomado no sentido de 'produzido pela causa eficiente' (efetuado). O argumento é de cunho aristotélico, baseando-se na teleologia. Em forma silogística está assim enunciado: "Todo efeito possui uma causa eficiente específica. Ora, toda causa eficiente específica age em vista de um fim. Logo, todo efeito é produzido em vista de um fim." O que importa, nesta conclusão, é mostrar como o fim é verdadeira causa, no sentido que influi realmente na existência do efeito. Mais do que isso, é a primeira das causas, atingindo a todas as demais. A primeira prova, citando Aristóteles, toma dele a noção de que há dois tipos de causas acidentais: a do acaso e a da fortuna; e dois tipos de causas essenciais *per se*: a da natureza e a da inteligência. Estas precedem aquelas e, por isso, o que é fruto do acaso ou da fortuna depende primeiramente da natureza ou da inteligência. Scotus observa que fala das coisas positivas, pois as privações e as falhas provêm das causas segundas, sem serem atribuídas à causa primeira. A premissa menor também é provada

Demonstração da premissa maior: o acidental não é o primeiro em nenhum gênero. Aristóteles o formula claramente no II Livro da *Física* (c 6, 198a 5-13), onde demonstra que a natureza e o intelecto, enquanto causas eficientes *per se*, são necessariamente anteriores ao acaso e à fortuna, que neste gênero de causalidade são apenas causas *per accidens*. Ora, o que não procede do anterior, não procede também do posterior, como consta da terceira conclusão (note-se que trato de efeitos positivos, os únicos que podem ser propriamente causados). [Logo, o que não procede de uma causa *per se*, que é anterior, não procede também de uma causa *per accidens*, que é posterior]. Assim, pois, fica demonstrada a premissa maior.

Demonstração da premissa menor: todo o agente *per se* age em vista de um fim, porque nenhum ser age em vão. Aristóteles, no II Livro da *Física* (c 5, 196b 17-22) estabelece esta verdade a respeito da natureza, na qual ela parece ser menos evidente. Portanto, o agente *per se* nada opera a não ser em vista de um fim.

Maior sic probatur: Quia in nullo genere 'per accidens' est primum; quod Aristoteles satis exprimit 2° Physicorum, ubi casu et fortuna tamquam causis per accidens priores ponit necessario naturam et intellectum tamquam causas per se in illo genere causae. Quod autem non est a primo, non est a posteriori, ex tertia iam praemissa (loquor de positivis, quae sola sunt proprie effectibilia). Patet igitur maior.

Minor sic probatur: Agens per se omne agit propter finem quia nullum frustra, quod Aristoteles in 2° Physicorum determinat de natura, de qua minus videtur; ergo tale nihil efficit nisi propter finem.

---

recorrendo ao Filósofo, que demonstra que a natureza age em vista de um fim, e não ao acaso. Ora, se esta é a forma de agir da natureza – o que não é tão evidente – tanto mais é a forma de agir da inteligência. A demonstração da premissa menor contém “uma afirmação que leva consigo duas verdades: diz que, para existir, um efeito deve possuir uma causa determinada que o produz e que a determinação da causa é uma intenção. Ambas as verdades dependem daquela outra, segundo a qual nada existe de indeterminado. Para existir, cada coisa deve ser determinada, pois em caso contrário é tão-somente possível. Um efeito possível [...] deve perder sua indeterminação para existir. Mas isto não acontece se o agente mesmo não se determina, não com respeito a seu ser, mas a seu próprio agir” (SCAPIN, P. *Il primo principio degli esseri*. Padova: Liviana, 1973, p. 87 s. – daqui em diante citado como SCAPIN). A segunda prova trabalha de maneira típica dos medievais: apela para o argumento de autoridade e para o de razão. Pelo primeiro, cita Avicena, que chama o fim de causa das causas. Pelo segundo, mostra que a causa eficiente opera porque, metaforicamente falando, ‘ama’ o fim. O fim, porém, não opera pelo influxo de outra causa, como diz a terceira prova, pois na pergunta por ele é colocado o primeiro ‘por quê’, que não possui um outro anterior. A visão teleológica, que hoje é questionada em muitos círculos, embora volte sempre a surgir, como aconteceu no século XX com Whitehead e Teilhard de Chardin, já apresentava dificuldades no tempo de Aristóteles e os autores modernos discutem entre si para saber se o pensador grego foi sempre da mesma opinião a respeito (WOLTER, p. 179-191).

Em segundo lugar, esta quarta conclusão pode ser assim demonstrada: o fim é a causa primeira no processo causal, motivo pelo qual Avicenna (*Liber de Phil. Prima* t. VI, c. 5, p. 336s.) o chama de causa das causas. Este primado pode também ser demonstrado pela razão: de fato, a causa eficiente induz uma forma na matéria porque o fim, metaforicamente falando, move [a causa eficiente] para a coisa amada. O fim, porém, enquanto amado, não move pelo influxo de uma outra causa. O fim é, portanto, essencialmente, a primeira causa no processo causal.

Este primado do fim pode ser demonstrado também da seguinte maneira: Aristóteles, no V Livro da *Metafísica* (c 2 1013a 33-35) demonstra que o fim é causa, pois através dele responde-se à pergunta “*por que?*” (*propter quid*) – pergunta esta que inquirir pela causa. Ora, como por meio dele é obtido o primeiro “*por que?*”, é lógico que seja também a primeira causa. Esta proposição é evidente, pois à pergunta “por que algo produz um efeito?”, responde-se: “porque ama o fim ou tende para ele”, e não vice-versa [isto é, se se pergunta: “por que algo tende para fim?”, não se responde: “porque produz efeito”].

Do primado do fim, que por três modos foi demonstrado, segue-se a conclusão principal [o que não é ordenado para o fim não é efeito], pois o que não possui uma causa anterior também não possui uma posterior, segundo o que foi estabelecido na terceira conclusão.

Probatur conclusio principalis secundo sic: Finis est prima causa in causando; ideo ipsum dicit Avicenna esse causa causarum. – Quod etiam probatur ratione: Quia enim finis movet metaphorice ut amatus, ideo efficiens efficit formam in materia; non autem finis movet ut amatus, quia aliqua alia causa causat; est ergo finis prima causa essentialiter in causando.

Hoc etiam sic probatur: Aristoteles in 5<sup>o</sup> *Metaphysicae* finem esse causam ostendit, quia per ipsum respondetur ad quaestionem ‘propter quid’, quae quaestio quaerit causam; ergo cum per ipsum detur primum ‘propter quid’, erit prima causa. Assumptum patet: Quaesito ‘quaere efficit?’ respondetur ‘quia amat vel intendit finem’, non e converso.

Ex primitate finis tripliciter iam ostensa sequitur conclusio principalis: quia cuius non est causa prior, nec posterior, iuxta tertiam iam praemissam.

[12]<sup>4</sup> QUINTA CONCLUSÃO: O que não é efeito não é ordenado para o fim.

*Demonstração:* O fim não é causa a não ser na medida em que o ser daquele que é ordenado para o fim depende essencialmente dele como de um ser anterior. Isto é evidente, pois é deste modo que toda a causa, enquanto causa, é anterior. Contudo, o que é ordenado para o fim, em sua existência, não depende do fim, que lhe é anterior, a não ser na medida em que o fim, tornando-se objeto de amor da causa eficiente, induz esta a comunicar a existência ao ordenado para o fim. Por isso, a causa

QUINTA CONCLUSIO: *Quod non est effectum, non est finitum.*

*Probatur:* Quia finis non est causa nisi in quantum ab ipso tamquam a priore essentialiter dependet esse finiti. Patet: quia quaelibet causa est sic prior in quantum causa. Non autem dependet finitum quantum ad esse a fine ut sic priore nisi in quantum finis ut amatus movet efficiens ad dandum illi esse; ita quod efficiens non daret esse in suo genere nisi fine causante in sua causalitate. Nihil ergo causat finis nisi quod efficitur ab efficiente quia amante finem.

<sup>4</sup> O enunciado é o inverso da conclusão anterior, não porém da relação entre as causas. Pelo contrário, mostra que o causado pelo fim só existe na medida em que é produzido pela causa eficiente, pois a causa final, repetindo o autor, nada produz a não ser o que é produzido pela causa eficiente por amor ao fim.

O primeiro corolário apresentado tem a ver com o que se entende propriamente pela palavra “fim”, o que, aliás, já era problema para Aristóteles, que, para tanto, valeu-se de diversas palavras, como “aquilo pelo qual”, “o bem”, “o término”. Para Scotus, “com a palavra ‘fim’ podem-se indicar pelo menos três coisas: ‘aquilo pelo qual se faz algo’, o bem a ser alcançado e a perfeição obtida. Cada uma delas possui características da causa final, isto é, do princípio que influi realmente na existência do efeito. Mas só a primeira é verdadeiramente causa final, porque só aquilo que induz à ação a causa eficiente é verdadeira causa final. Um exemplo esclarecerá melhor esta afirmação: Um relojoeiro trabalha para viver; trabalhando produz relógios, e os relógios produzidos devem medir exatamente o tempo. Temos aqui três fins: o fim do agente, o relojoeiro (produz para viver); o fim da operação (a produção de relógios); o fim da obra (a medição do tempo). Cada um destes fins indica uma certa *tendência* e, por isso, cada um merece o nome de fim. Mas só o fim do agente representa a verdadeira causa final – a causa das causas – porque só este coloca em movimento todo o processo causal e o sustenta até o exaurimento da tendência, isto é, até a obtenção do bem (*ágathón*) que se alcança ao término (*télos*) da operação” (SCAPIN, p. 90 s). Assim, Scotus discorda, por exemplo, de TOMÁS DE AQUINO, quando este diz que o fim último do homem é conhecer, servir e amar a Deus neste mundo e ser feliz com ele pela eternidade (ST I-II, q 3, a 1). Esta afirmação, observa WOLTER (p. 192), deveria ser glosada: “Tal era a intenção de Deus ao criar o homem”. De fato, o ato de conhecer e amar (a última operação) e Deus (o ‘objeto’ de tal ato), não são propriamente a causa final no sentido exigido, na medida em que o agir pressupõe o ser de quem age. Contudo, admite ele, como por vezes a operação de um ser ou o seu objeto é o melhor, é chamado de fim por levar as características do fim.

Há ainda uma segunda questão por trás deste corolário. ARISTÓTELES fala das ‘inteligências’ (III *Metaphysica* c. 8, 1073a 23-28) como necessárias para explicar o eterno movimento dos astros, pois o primeiro princípio produziu apenas o primeiro movimento eterno. Cabe então uma pergunta: que são as inteligências? são substâncias eternas, ou criadas? imóveis em si, como produzem o movimento dos astros? Na Idade Média, Adão Pulchrae Mulieris distingue as inteligências de Deus, que é a causa primeira; elas são consideradas como essencialmente posteriores ao primeiro movimento, mas são ativas, movendo as esferas celestes. Parece que Scotus compartilha desta opinião. Assim, cabe-lhe colocar a pergunta: de onde provêm tais substâncias? Uma resposta seria dizer que elas possuem somente causa final, pois movem ordenadas para o último fim, mas não possuem causa eficiente, e então a expressão ‘causa final’ (sem a eficiente) teria um sentido lato. Segundo especialistas, esta parece ser a concepção de Aristóteles que, não tendo noção de criação, as considera sem princípio nem fim. A outra solução: a criação das

eficiente não daria o ser no seu gênero, se o fim, de sua parte, não exercitasse sua própria causalidade. Conseqüentemente, o fim nada causa, a não ser o que é produzido pela causa eficiente por amor ao fim.

Do precedente segue-se um corolário: Não se deve deixar de observar que se faz uma idéia errada de fim, quando se considera que a causa final de um ente é a sua operação última, ou o objeto obtido por meio desta operação. De fato, é uma opinião falsa, se se entende que a operação última ou o objeto dela, enquanto tais, são a causa final, pois que ambos seguem a existência do que é ordenado para o fim, e esta existência não depende essencialmente nem da operação, nem do objeto, enquanto tais. Pelo contrário, a verdadeira causa final do que é

Hic corollarium sequitur: Non tacendum quod falsa imaginatio est de fine, quod illud est causa finalis entis, quod est operatio ultima vel obiectum quod per illam operationem attingitur. Si intelligatur quod tale inquantum tale est causa finalis, falsum est, quia illud consequitur esse nec esse finiti dependet essentialiter ab illo inquantum tale. Sed praecise illud, propter quod amatum ab efficiente efficiens facit aliquid esse, quia ordinatum ad amatum – illud inquantum amatum est causa finalis facti.

---

inteligências por Deus, na linha de Avicena, não envolve temporalidade no sentido de sucessão temporal. Então, 'comunicar o ser após o não-ser' não atribui a após o sentido de duração, mas o de causalidade, de natureza. As inteligências seriam, pois, sempiternas, fora do mundo do movimento e da modificação, mas – e isto interessa principalmente – atuadas por uma causa eficiente primeira, que, na ordem da natureza, não da temporalidade, lhes conferiu o ser após o não-ser. Duns Scotus não se manifesta aqui por nenhuma das duas alternativas, mas o faz no *Quodlibet* 7 (DUNS SCOTUS, *Cuestiones Quodlibetales*, (ALLUNTIS, F. [trad. e notas] Obras del Doctor Subtil, Madrid: BAC, 1968, n. 83-91, p. 286-290), quando opta pela segunda, procurando inclusive uma interpretação benévola para Aristóteles.

Por fim, observa Scotus que a necessidade das inteligências não exclui o fato de serem criadas. A relação possibilidade-necessidade merece a atenção do autor em vários textos. O que tenciona dizer aqui é que "as substâncias separadas são 'possíveis', em oposição a 'impossíveis' (possibilidade lógica); permanecem 'possíveis' também em oposição a 'necessárias por si' – esta qualificação cabe somente ao primeiro motor – pois recebem sua 'necessidade' do primeiro motor. Isto é válido também se se quisesse admitir que elas devem o próprio ser a uma ação necessária de sua causa, e que sua determinação para o fim é também algo 'necessário'. [...] Somente em oposição a 'possível', no sentido de mutável, é que se podem chamar as inteligências de necessárias" (KLUXEN, p. 148). A referência aos filósofos, que atribuem necessidade absoluta na ordem da produção do ser, visa, segundo Wolter (p. 196 s), principalmente aos intérpretes árabes, a quem criticou mais de uma vez, tanto por não tirarem conclusões que a razão poderia tirar, como por fazerem afirmações que estão além dos limites da filosofia. "*Multa non posuerunt philosophi quae tamen possunt cognosci per naturalem rationem, et multa ponunt quae non possunt demonstrari*" (Os filósofos deixaram de colocar muitas coisas que, contudo, podem-se conhecer pela razão, ao mesmo tempo em que dizem outras tantas que não podem ser demonstradas) (DUNS SCOTUS, *Rep. Parisiensis*, II, d. 1, q. 3, n. 2; *Vivès*, XXII, 536, cf *Ord.*, I, Prol. p. 1, q. un., n. 33; I, 19 s). Em oposição ao necessarismo pagão e árabe, Scotus, mais que qualquer outro pensador medieval, afirma a contingência da criação, que depende *in totum* da liberdade soberana de Deus (cf. SOLAGUREN, C. "Contingencia y creación en la filosofía de Duns Escoto". In: AA. VV. *De doctrina Ioannis Duns Scoti*, Roma: Commissio Scostistica, 1968, v. II, p. 297-348).

produzido é aquilo que a causa eficiente ama, ou aquilo por amor de que a causa eficiente produz uma coisa, por estar esta coisa ordenada ao amado.

Por vezes, é certo, o objeto da operação última é o ser amado e, portanto, a causa final. Mas isto não acontece porque o objeto é o término da operação de uma determinada natureza, mas porque é amado pela causa que produz aquela natureza. Contudo, e corretamente, a última operação de um ser, ou o objeto desta operação, é por vezes chamado de fim, porque é o último e, de certa forma, o melhor, e por isso possui certas características da causa final.

Aristóteles (XII *Metaphysica* c. 8, 1073a 34ss.; 1074a 17ss.), por conseguinte, não teria sustentado que as inteligências, na exatidão dos termos, têm uma causa final e não uma eficiente. Mas, ou teria sustentado que têm um fim, estendendo esta palavra ao objeto da operação perfeita, ou, se admitisse uma causa eficiente em sentido próprio, não teria concedido como operando mediante o movimento ou a mutação, pois as quatro causas são objeto de consideração do metafísico e, enquanto tais, prescindem do movimento e da mutação, que são objeto de consideração do físico. Nem sustentaria ele que o Primeiro Princípio comunica às inteligências o ser, após o não-ser, se as considerava eternas e necessárias, ao menos se o termo *após* é entendido na ordem de duração. Poderia, contudo, sustentar tal afirmação, entendendo o *após* somente na ordem da natureza, segundo a explicação da criação que Avicena apresenta no VI Livro da *Metafísica* (*Liber de Philosophia Prima* t. 6, c 2, p. 304). De resto, a questão de saber se a necessidade repugna ou não

Quandoque bene obiectum operationis ultimae est tale amatum, ideo finalis causa: non quia terminus operationis talis naturae sed quia amatum a causante illam naturam. Tamen bene operatio ultima alicuius vel quod per ipsam attingitur quandoque dicitur finis, quia ultimum et aliquo modo optimum, et ita habet aliquas condiciones causae finalis.

Non ergo Aristoteles poneret intelligentias proprie habere causam finalem et non efficientem; sed vel tantum finem extendendo ‚finem‘ ad obiectum operationis optimae, vel si proprie daret efficiens, non quidem per motum neque per mutationem, quia causae quatuor pertinent ad considerationem metaphysici et sic abstrahunt a seipsis ut pertinent ad considerationem physici. Nec poneret primum dare esse eis post non esse, si ponit eas sempiternas et necessarias, saltem ‚post‘ duratione, sed ‚post‘ ordine tantum naturae, sicut exponit Avicenna rationem creationis 6<sup>o</sup> *Metaphysicae* capitulo 2<sup>o</sup>. Utrum autem causato repugnet necessitas an non, propositum non infringit. Si posset aliquod efficiens simpliciter necessario causare et finis aliquis necessario finiret, et non e converso, saltem quodlibet causatum non tantum est possibile ut opponitur impossibili, sed etiam ut opponitur necessario ex se, quia est obiectum sive terminus potentiae suae causae; licet non sit possibile ut opponitur necessario in communi secundum philosophos, quia

a um efeito não infirma nossa conclusão. Se uma causa simplesmente eficiente pudesse produzir de maneira necessária, e se um fim pudesse também produzir do mesmo modo – e não de modo contingente –, então todo o efeito seria ao menos possível, não só no sentido em que possível opõe-se a impossível, mas também enquanto se opõe a necessário *per se*, porque o efeito é objeto ou término da potência de sua causa; sem embargo, porém, não seria possível, se possível se entende no sentido que os filósofos opõem a necessário em geral, porque eles negariam uma tal contingência às substâncias separadas.

De quanto foi dito segue-se evidentemente um segundo corolário: o fim não é a causa final da causa eficiente, mas do efeito. Por isso, quando se diz que o agente age em vista do fim, não se deve entender que age em vista do próprio fim, e sim do fim do seu efeito.

[13]<sup>5</sup> SEXTA CONCLUSÃO: *O que não é efeito, não é feito de matéria.*

*Primeira prova:* por sua natureza a matéria está em potência de contradição ante a forma. Por isso, não está por si em ato através da forma. Logo, é atuada por um outro que reduz esta potência ao ato. Este outro é a causa eficiente do composto, pois é a mesma coisa

talem contingentiam a separatis negarent.

Patet aliud corollarium, quod finis non est causa finalis efficientis, sed effectus; unde quod dicitur ‚Agens agit propter finem‘ non intelligendum est suum, sed sui effectus.

SEXTA CONCLUSIO: *Quod non est effectum, non est materiaturum.*

Probatur: quia materia de se est in potentia contradictionis ad formam; igitur non est ex se actu per formam; ergo ab aliquo alio reducitur istam potentiam ad actum. Illud est efficiens compositum, quia idem est ‚facere compositum‘ et ‚materiam esse actu per formam‘.

<sup>5</sup> Scotus tratou, nas conclusões anteriores, da relação do efeito com as causas extrínsecas, aquelas causas que permanecem fora do causado; cabe agora, nas próximas três conclusões, tratar das causas intrínsecas, a matéria e a forma, que constituem parte substancial do causado. Como se sabe, Aristóteles foi o sistematizador da teoria das quatro causas, mas seu trabalho, nem sempre tão claro como comumente se pensa, utilizou muitas vezes a analogia, e muitos leitores posteriores não perceberam bem o caráter analógico de tais tópicos. É o caso do exemplo da estátua, que possui uma matéria (madeira, pedra, mármore, barro) e uma forma (que represente, v. g., um rosto humano, ou um leão). Ora, esta forma é acidental, podendo mesmo ser modificada, bastando que para tanto o artista tome novamente o cinzel e modifique o rosto humano, dando-lhe a forma, digamos, de um gato. O mesmo não acontece com a forma substancial (como, por exemplo, a alma humana), que faz com que o indivíduo seja aquilo que ele é, e que não pode ser modificada, sem que o ser humano deixe de ser o que é.

“constituir um ser composto” e “fazer que a matéria esteja em ato através da forma”.

A primeira consequência [a matéria não está por si em ato mediante a forma] é evidente, pois uma potência meramente passiva e de contradição não reduz a si mesma ao ato. Pode-se argumentar que a forma a reduz ao ato,

Prima consequentia patet: quia potentia mere passiva et contradictionis non se reducit ad actum. Si dicas formam reducere ipsam potentiam ad actum, verum est formaliter. Sed cum praeintelligantur forma et materia non

---

Para melhor compreensão do texto, convém recordar algumas noções correntes entre os medievais. Assim, por exemplo, a relação entre matéria e forma caracteriza-se como a do *determinável* com o *determinante*. A matéria é, por si mesma, pura potência, passividade à espera de ser atuada; a forma, de sua parte, é o determinante da matéria, que faz com que tal matéria venha a ser um humano, ou uma árvore. A matéria é chamada de *potência de contradição* com relação à forma, para significar que enquanto tal é indiferente a receber qualquer forma. Enfim, faz-se uma distinção entre *matéria-prima* e *matéria segunda*. Chama-se *matéria-prima* à matéria que não possui forma alguma, e que, por isso, para alguns, como TOMÁS DE AQUINO, é uma noção meramente lógica, pois toda e qualquer matéria possui sempre uma forma, sendo em si contraditória a afirmação de que possa existir na realidade algo que seja uma potencialidade pura (ST I, q 66, a 1). Já Scotus é de opinião que a existência da matéria-prima, sem nenhuma forma, não implica em contradição, pois “*Materia est ens absolutum distinctum et prius forma quacumque [...] igitur potest esse sine alio absoluto, sive forma substantiali vel accidentali absoluta*” (a matéria é um ente absoluto, distinto de qualquer forma e anterior a ela [...] e por isso pode existir sem outro absoluto, seja a forma essencial, seja a accidental absoluta). (DUNS SCOTUS, Ord. II, d. 12, Vivès XII, p. 576 [este texto não se encontra na edição crítica. Os editores indicam que a questão 12 – *Utrum per aliquam potentiam materia possit esse sine forma* – só se encontra na *Reportatio II A e B*; cf. ed. Vaticana, vol. VIII, p. 85\*]; cf. sobre o tema cf. STELLA, P. “La teoria ilemorfica nel sistema scotista”. In: *De doctrina Ioannis Duns Scoti*, Roma: Commissio Scotistica, 1968, v. II, p. 241-295; LERTORA MENDOZA, C. “Escoto y el hilemorfismo aristotélico”. In: *Methodologica ad mentem Scoti. Acti del Congresso Scotistico Internazionale*. Roma: Commissio Scotistica, 1995, vol. II, p. 765-781; PÉREZ-ESTÉVEZ, A. *La materia – de Avicena a la Escuela Franciscana*, Maracaibo: Ediluz, 1998 [esta obra é, sem dúvida, o melhor e mais completo estudo sobre a tradição franciscana a respeito do problema da matéria-prima]; Id. “Entidad de la materia prima en Tomás de Aquino – Es la materia prima un ente de razón?”, In: DE BONI, L. A. e PICH, R. H. (org.) *A recepção do pensamento greco-romano, árabe e judaico pelo Ocidente medieval*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 317-333, aqui 329-333; DE BONI, L. A. “A Escola Franciscana – de Boaventura a Ockham”. In: *Veritas* 45, n. 3 (set. 2000), p. 317-338, aqui p. 319-333). Ockham é da mesma opinião: “[...] *materia prima non est pura potentia ita quod non sit de se actualiter existens in rerum natura, immo est de se actualiter existens inter entia [...]*” (a matéria-prima não é pura potência, de modo a não poder existir em ato na natureza das coisas; pelo contrário, ela existe por si atualmente entre os entes) (GUILHERME DE OCKHAM, *Expositio in libros Physicorum*. lib.1, c 18. St. Bonaventure. Opera Philosophica IV, p. 206). Os três autores concordam, porém, em afirmar que há seres nos quais não existe a composição de matéria e forma, como seriam os anjos e o próprio Deus. Por isso, como observa WOLTER (p. 200), a conclusão de que tratamos não está a afirmar que tudo é composto de matéria e forma, mas somente que, se algo é composto de matéria, deve ter também uma causa eficiente.

Os argumentos aduzidos em favor da conclusão são três, que em parte se complementam. O primeiro diz que a matéria e a forma são entendidas como inicialmente separadas. Ora, como a matéria é mera passividade, não pode fazer com que a forma venha a ser seu ato. Para tanto é necessário que uma outra causa venha a agir, e esta é a causa eficiente, capaz de possibilitar o ser-em-ato da matéria através da forma. O segundo argumento, muito sintético, baseia-se na terceira conclusão do presente capítulo: o que não depende do anterior, não depende também do posterior, isto é, o que não possui uma causa eficiente, que é anterior, também não possui uma causa material. O terceiro argumento afirma que a nova entidade, que surge da união entre a matéria e a forma, não é causada nem pela matéria, nem pela forma, pois este ‘*compositum*’ é maior que a soma de ambas, é superior a ambas, exigindo portanto um terceiro que venha a fazer com que elas se unam, a fim de constituírem o novo.

o que é verdade, mas só quanto à atuação formal. Contudo, como a forma e a matéria são entendidas inicialmente como separadas, aquilo que as une possui o caráter de causa eficiente, a cuja atuação segue-se a da causa formal.

*Segunda prova:* a causa eficiente é a causa mais próxima da final. Por isso, é anterior com relação à matéria. Ora, o que não procede de uma causa anterior, não procede também de uma posterior. – A primeira proposição [a causa eficiente é a causa mais próxima da final] pode ser provada assim: a causalidade do fim consiste em mover metaforicamente como amado; ora, deste modo o fim move apenas a causa eficiente, não as demais.

*Terceira prova:* o composto possui uma verdadeira unidade. Logo, possui uma tal entidade, que não é nem a entidade da matéria, nem a da forma. E esta nova entidade, dotada de unidade própria, não é causada originariamente por duas entidades, pois nenhuma coisa constitui-se de muitos, a não ser pela força de um; nem é causada esta entidade primeiramente pela matéria ou pela forma, porque cada uma delas é menor que a entidade total. Logo, esta entidade é causada por algo distinto [dos elementos que a compõem].

[14]<sup>6</sup> SÉTIMA CONCLUSÃO: O que não é constituído de matéria, não é também constituído de forma, e vice-versa.

*Demonstração:* o que não é constituído de matéria não é também

unita, illud a quo uniuntur habet rationem causae efficientis, quam sequitur actus formalis.

*Secundo probatur conclusio:* quia efficiens est proxima causa finali; igitur prior materia. Cuius non est prior, nec posterior. – Prima propositio hic probatur: Nam metaphorice ‚movere ut animatum‘ est causatio finis; sic movet efficiens, non aliam causam.

*Tertio probatur:* quia compositum est vere unum; ergo habet aliquam entitatem unam quae nec est entitas materiae nec formae. Et ista una entitas est causata non a duabus entitatibus primo, quia nihil unum est ex pluribus nisi virtute unius, nec ab altero duorum primo, quia utrumque illorum est diminutum respectu entitatis totalis; ergo ab aliquo extrinseco.

SEPTIMA CONCLUSIO: Quod non est materiatum, non est formatum, et e converso.

Probatur: Quod non est materiatum, non est compositum ex partibus

<sup>6</sup> Esta conclusão, fácil de compreender, trata da correlatividade da matéria e da forma em um ser que é composto. Como concausas, elas são partes essenciais do novo ser, relacionando-se entre si como ato e potência. Ora, em um ser composto, é necessário que haja uma parte que estava em potência, e tal é a matéria; e outra que estava em ato, que é a forma. A matéria atuada pela forma e a forma atuando a

composto de partes essenciais, pois todo o composto deste tipo, dotado de unidade intrínseca, contém uma parte potencial [a matéria], visto que a unidade intrínseca só se obtém pela potência e o ato, como consta nos VII e VIII Livros da *Metafísica* (VII, c 8, 1033b 16-19; VIII, c 6, 1045b 20). Por isso, o que não contém como constituinte uma parte potencial, não é composto e, portanto, não é também constituído de forma, porque o formado é um composto que possui a forma como parte. – O que foi dito a respeito da matéria e forma pode ser dito também, de modo correspondente, de sujeito e acidentes.

Esta prova é confirmada pelo que diz Aristóteles, no VII Livro da *Metafísica*: (c 17, 1041b 22): “Se uma coisa constasse apenas de um elemento, este elemento seria a própria coisa”. Aliás, nem mesmo seria elemento, segundo a primeira conclusão deste segundo capítulo [Nada depende essencialmente de si mesmo].

Por conseguinte, podemos argumentar de modo análogo: se uma coisa possui uma só parte essencial, nada mais é além dessa parte, ou melhor: não é parte, nem causa, conforme a primeira conclusão. Portanto, tudo o que é causado por uma causa intrínseca, possui também outra causa intrínseca, que atua como concausa. A conclusão proposta resulta assim evidente.

essentialibus; quia in omni sic composito per se uno altera pars est potentialis, quia non fit unum per se nisi ex potentia et actu – 7° et 8° *Metaphysicae*. Quod igitur non habet partem per se potentialem, non est compositum; igitur nec formatum, quia formatum est compositum habens formam partem sui. – Sicut argutum est de materia et forma, ita potest argui de subiecto et accidente suo modo.

Confirmatur ista probatio iuxta illud Aristotelis 7° *Metaphysicae*: Si quid esset ex unico elemento, non esset nisi illud; immo illud non esset elementum – ex prima conclusione huius secundi.

Igitur a simili: Si quid habet tantum unam partem essentialem, non est nisi illa; imo illa non est pars nec causa, propter primam dictam. Ergo omne causatum ex aliqua causa intrinseca habet etiam aliam intrinsecam concausantem; et ita patet propositum.

---

matéria formam uma unidade essencial, da qual ambas são partes constitutivas necessárias. Como observa WOLTER (p. 205), usando os símbolos m, f, c e r (matéria, forma, composto e relação), temos a fórmula *rmfc*, que possibilita quatro combinações: *rmc*, *rfc*, *rmf* e *rfm*. Scotus atém-se aqui tão somente aos dois primeiros: a matéria não pode 'materiai', se a forma não informar, e vice-versa. Tomando-se, porém, matéria em sentido de matéria segunda e forma enquanto capaz de informar esta matéria, aplica-se a conclusão também à relação substância-acidentes, na medida em que os acidentes são formas, às quais a substância serve de matéria. O recurso a Aristóteles mostra que é absurdo falar de um composto que constasse de tão somente uma parte, pois então ele seria aquela parte, ou melhor, não seria parte, e nem esta seria sua causa, porque, na primeira conclusão, afirmou-se que nada é causa de si mesmo (nada possui uma relação para consigo mesmo).

[15]<sup>7</sup> OITAVA CONCLUSÃO: O que não é causado por causas extrínsecas, também não é causado por causas intrínsecas.

Esta conclusão é suficientemente clara, a partir das quatro conclusões anteriores; contudo, há para ela demonstrações próprias.

*Primeira demonstração:* a causalidade exercida pelas causas extrínsecas indica uma perfeição, que não é necessariamente acompanhada por alguma imperfeição. As causas intrínsecas, ao contrário, são necessariamente acompanhadas por imperfeição. Por isso, as causas extrínsecas são anteriores às intrínsecas no processo

OCTAVA CONCLUSIO: *Quod non est causatum a causis extrinsecis, non est causatum ex intrinsecis.*

Haec ex praemissis quatuor satis patet; habet tamen probationes speciales.

Prima est quia causalitates causarum extrinsecarum perfectionem dicunt cui non est annexa necessario imperfectio; causae intrinsecae de necessitate habent imperfectionem annexam. Itaque causae extrinsecae priores sunt in causando intrinsecis sicut perfectum imperfecto. Adiunge tertiam conclusionem: sequitur propositum.

<sup>7</sup> Esta conclusão, observa o autor, relaciona-se com o que foi dito até agora a respeito das quatro causas. Pode-se assim resumir este percurso: “O que não é feito de matéria, não possui forma, e vice-versa (conclusão sete). Mas o que não é efeito não é feito de matéria (conclusão seis) e conseqüentemente não é também constituído de forma. Além disso, o que não está ordenado para o fim não é efeito (conclusão quatro) e vice-versa (conclusão cinco). Portanto, o que não está ordenado para um fim e não é efeito, também não é feito de matéria e nem de forma. Por definição o antecedente implica “o que não é causado por causas extrínsecas”, e o conseqüente: “o que não é causado por causas intrínsecas” (WOLTER, p. 208).

A primeira demonstração especial trata da noção de perfeição “que não implica imperfeição”. Esta noção provém de santo Anselmo e é conhecida dos escolásticos, sendo utilizada diversas vezes por Scotus, como voltaremos a ver. Uma *perfeição pura* é aquela que, embora na realidade conheça graus (como a sabedoria, que pode ser maior em um homem que em outro, e que é máxima em Deus), contudo, em sua definição formal não inclui limite, nem exclui outra perfeição pura. Já a *perfeição mista* inclui em sua definição uma imperfeição, na medida em que inclui em si limitação. Em se tratando das causas, as extrínsecas não encerram imperfeição, não acontecendo o mesmo com as intrínsecas que, por serem parte do composto, delimitam-se entre si. “*Causalitas materiae et formae includit imperfectionem, quia rationem partis; causalitas autem efficientis et finis nullam imperfectionem includit, sed perfectionem; omne imperfectum reducit ad perfectum sicut ad prius se essentialiter*” (a causalidade de matéria e forma inclui imperfeição, devido ao fato de serem partes; já a causalidade de eficiência e de fim não inclui imperfeição alguma, mas perfeição; toda a imperfeição reduz-se à perfeição como a algo que lhe é essencialmente anterior) (DUNS SCOTUS, *Ord.*, I, d. 8, p. 1, q. 1, n. 7; IV, 155). Observe-se aqui, em primeiro lugar, que ‘perfeição’, para os escolásticos, tem um caráter ontológico, significando plenitude do ser (KLUXEN, p. 152), e também que a imperfeição de matéria e forma está a indicar que todo o composto delas pressupõe uma causa eficiente e uma final a produzi-lo; noutras palavras, se se admitisse na causa primeira a composição de matéria e forma, dever-se-ia também admitir uma causa anterior à primeira. Portanto, é no sentido da ordem de dependência que a perfeição pura é anterior à mista, não na ordem de eminência.

O segundo argumento coloca-se na linha da possibilidade: as causas intrínsecas podem ser produzidas pelas extrínsecas, ao menos quanto à forma. O texto não diz, por ser evidente, que o contrário (isto é, que as causas extrínsecas sejam produzidas pelas intrínsecas) é impossível. O fato de ser possível que as causas extrínsecas produzam as intrínsecas, mesmo que raramente, é algo que determina a essência das causas intrínsecas como dependente.

de causalidade, assim como o perfeito é anterior ao imperfeito. Acrescenta-se a isto a terceira conclusão [isto é: o que não é posterior ao anterior, tão pouco é posterior ao posterior], e a conclusão torna-se evidente.

*Segunda demonstração:* As causas intrínsecas podem ser causadas em si mesmas através das extrínsecas. Logo, são posteriores a estas no que se refere ao causar. – O antecedente é evidente, não só com relação à forma, mas também à matéria, considerada como parte do composto. Mais adiante mostraremos que isto vale também para a matéria considerada em si mesma.

[16]<sup>8</sup> *NONA CONCLUSÃO: Os quatro gêneros de causas, no produzir uma mesma coisa, acham-se essencialmente ordenados.*

Isto é evidente a partir das cinco conclusões anteriores. Além disso, porém, parece lógico, que quando uma

*Secunda est ista: quia intrinsecae possunt esse in se causatae respectu extrinsecarum; ergo sunt posteriores in causando respectu earum. – Antecedens patet de forma, patet etiam de materia in quantum pars est; sed de ipsa in se inferius ostendetur.*

*NONA CONCLUSIO: Quatuor genera causarum in causando idem essentialiter ordinantur.*

*Patet ex quinque praemissis. Sed ex se videtur rationabilis quod multa a quibus idem essentialiter dependet*

<sup>8</sup> Com esta conclusão encerra-se a análise das quatro causas, examinadas nas cinco conclusões anteriores, das quais, de certo modo, é possível fazer um resumo, ao afirmar que elas, ao produzir, encontram-se essencialmente ordenadas. Esta afirmação, porém, vai além do que Aristóteles havia afirmado e, por isso, Scotus avança com argumentos, para mostrar como fatores aparentemente independentes atuam em conjunto (WOLTER, p. 211). Se algo depende essencialmente de diversos fatores, deve proceder deles de maneira ordenada, pois, como se viu anteriormente, (conclusão 4) as causas *per se* são anteriores às acidentais. Mas que tipo de unidade é a produzida pelas causas? Em um texto muito citado da *Ordinatio* Duns Scotus diz: “[...] *possumus invenire in unitate multos gradus – primo, minima est agregationis; in secundo gradu est unitas ordinis, quae aliquid addit supra aggregationem; in tertio est unitas per accidens, ubi ultra ordinem est informatio, licet accidentalis, unius ab altero eorum quae sunt sic unum; in quarto est per se unitas compositi ex principiis essentialibus per se actu et per se potentia; in quinto est unitas simplicitatis, quae est vere identitas (quidquid enim est ibi, est realiter idem cuilibet, et non tantum est unum illi unitate unionis, sicut in aliis modis)* ([...] na unidade podemos encontrar muitos graus. O primeiro, é o da unidade mínima, que é a de agregação; no segundo grau encontra-se a unidade de ordem, que acrescenta algo à agregação; no terceiro, há a unidade acidental, na qual, além da ordem, existe a ‘formação’, embora acidental, de um pelo outro daqueles que assim tornam-se um; no quarto, há a unidade *per se* do composto de princípios essenciais *per se*, que são o ato e a potência; no quinto, enfim, há a unidade de simplicidade, que é verdadeiramente identidade (tudo o que aí se encontra é realmente idêntico a tudo, e não somente é uno naquela unidade de união, como nos outros modos) (DUNS SCOTUS, *Ord.*, I, d. 2, p. 2, q. 1-4, n. 403; II, 356). A unidade do universo é a unidade da ordem, pois não se funda na simples justaposição, nem se resolve na unidade do sujeito, como nas demais (SCAPIN, p. 102). A unidade do efeito deve-se, pois, à unidade de ordem entre as causas.

mesma coisa depende de muitos fatores, estes devam ter entre si uma ordem, segundo a qual ela dependa deles ordenadamente. De fato, todas as multiplicidades, das quais não surge uma unidade como a que provém, por exemplo, de ato e potência, ou que ao menos não têm uma unidade de ordem, não causam uma coisa essencialmente idêntica. Por isso, se os quatro gêneros de causas não são partes de um composto único, que deles se origina à semelhança de ato e potência, e nem mesmo possuem uma unidade no plano operativo, como podem produzir algo essencialmente idêntico? É preciso admitir, pois, que possuem uma unidade de ordem ao produzir o causado. Graças a esta ordem elas todas formam uma unidade no causar, com relação a um terceiro, assim como as muitas coisas no universo, através da ordem, constituem uma unidade no ser.

Qual seja a natureza da ordem dessas causas é algo que fica claro pelo que foi dito da relação mútua entre a causa final e a eficiente na segunda demonstração da quarta conclusão e na segunda da sexta; [no que se refere à relação destas duas causas,] para com as demais, fica claro pelas mesmas demonstrações e pela oitava conclusão.

Não quero deter-me aqui a examinar a fundo qual seja a ordem das causas intrínsecas entre si, porque pouco haveria de utilizá-las neste tratado. Parece, contudo, que a matéria é anterior à forma quanto à independên-

ordinem habeant, secundum quem illud ab eis ordinate dependeat. Nam omnia multa ex quibus non fit unum ut ex actu et potentia vel omnino nullam habent unitatem ordinis, non causant aliquid essentialiter idem. Cum igitur quatuor genera causarum non sunt partes alicuius unius compositi ex ipsis sicut ex actu et potentia, nec omnino nullam habent unitatem inquantum causant, quomodo tunc aliquid idem causarent? Igitur habent unitatem ordinis inquantum causant causatum, quo ordine omnes sunt unum, respectu tertii scilicet, in causando, sicut multa in universo per ordinem sunt unum in essendo.

Et qualis sit ordo istorum generum causae, patet ex dictis de fine et efficiente: inter se ex secunda probatione quartae et secunda probatione sextae, et ad alias causas ex eisdem et ex octava.

Qualis autem sit intrinsecarum inter se, nolo hic multum prosequi inquirendo; parum illis utar in processu. Videtur tamen materia prior secundum independentiam, quia contingens et informans videtur dependere a permanente et informato,

---

Como se relacionam estas causas entre si é algo que fica evidente do que foi dito anteriormente: em primeiro lugar existe a causa final, em segundo, a eficiente; em terceiro, a material e a formal. Como estas duas serão pouco utilizadas a seguir, ele se desinteressa em aprofundar o modo como elas se relacionam entre si. Parece-lhe, porém, que há uma primazia da matéria sobre a forma, pois a matéria está sempre aí, disponível para receber as diversas formas.

cia, pois o que é contingente e doador de forma depende, ao que parece, do que é permanente e receptor de forma, pois o doador de forma é precedido logicamente pelo receptor. Neste sentido alguns interpretam a passagem de santo Agostinho nas *Confissões* (XII, c. 4; PL 32, 827), onde fala da prioridade da matéria com relação à forma.

E à pergunta: “em que ordem a matéria é anterior à forma?”, responderei que o é assim como o efeito mais próximo com relação à mesma causa remota, isto é, no sentido de que a mesma causa produz necessariamente, nesta ordem, [inicialmente a matéria e depois] a forma. Sem dúvida, a forma é anterior na ordem de eminência, pois é mais perfeita; o que é apresentado como evidente por Aristóteles, no VII Livro da *Metafísica* (c 3, 1029a 5) onde compara a matéria e a forma. Pode-se também demonstrar pelo que ele diz no IX Livro da *Metafísica* (c 8, 1049b 5), a propósito de ato e potência.

[17]<sup>9</sup> Observe-se, porém, que uma coisa é as causas serem ordenadas essencialmente no operar, ou no fato de causarem, e outra, que os entes, que são causas, estejam essencialmente ordenados, o que é manifesto pelo que diz Avicena, no VI Livro da *Metafísica* (*Liber de Philosophia Prima*, t. VI, c. 5, p. 336ss.). De fato, o primeiro [a coordenação entre as causas] é verdadeiro e já demonstrado; em caso contrário seriam falsas as seguintes afirmações, comumente admi-

quia informanti praeintelligitur formabile. Et ita exponunt quidam Augustini Confessiones de prioritate materiae respectu formae.

Et si quaeris quo ordine est prior, respondeo: sicut causatum propinquius eidem causae remotae; propinquius, inquam, necessario secundum istum ordinem, secundum quem nunc forma causatur ab ipsa. Tamen forma est prior secundum eminentiam quia perfectior; quod tamquam planum accipit Aristoteles 7<sup>o</sup> Metaphysicae ubi comparat ea, licet ex dictis eius alibi 9<sup>o</sup> Metaphysicae, de actu et potentia, possit probari.

Intellige autem quod aliud est causas in causando sive secundum causationem esse essentialiter ordinatas, et aliud est ea quae sunt causae esse essentialiter ordinata, sicut patet per Avicennam 6<sup>o</sup> Metaphysicae 5<sup>o</sup>. Nam primum verum est et ostensum; alias istae essent falsae: ‘Quia amat finem, ideo efficit effectum’ et ‘Quia efficit, ideo forma informat et materia materiatur’, quae tamen communiter admittuntur. Secundum autem falsum est. Nam illud

<sup>9</sup> “Esta observação final acentua mais uma vez que a ordem essencial não atinge simplesmente as causas (enquanto são entes), mas as atinge com relação a seu ato de causar” (KLUXEN, p. 154). Assim, a causa final e a causa eficiente não se encontram na ordem de dependência entre si, como anterior e posterior, mas são simultâneas. Já as causas intrínsecas podem ser produzidas, mas na ação de ambas também existe simultaneidade, não a relação de anterior e posterior.

tidas: “[A causa eficiente] produz o efeito porque ama o fim”, e “porque produz efeito, a forma informa e a matéria age como causa material”. Já o segundo, porém, é falso, pois aquilo que é fim não é causa do eficiente, e nem o contrário é sempre verdadeiro. Geralmente, porém, a causa eficiente não produz a matéria, mas a pressupõe.

[18]<sup>10</sup> [Exame da terceira divisão]

Após a comparação entre os membros da quarta divisão, passo a examinar brevemente a terceira, pois é claro que seus membros excluem-se mutuamente e esgotam o que deve ser dividido. De fato:

DÉCIMA CONCLUSÃO: *Se dois efeitos são comparados com uma mesma causa, esta é ou a causa próxima ou a causa remota.*

Quanto à segunda divisão, proponho duas conclusões. A primeira refere-se à distinção dos membros:

DÉCIMA-PRIMEIRA CONCLUSÃO: *Nem todo o efeito mais próximo da causa é causa de um efeito mais remoto da mesma causa: portanto, é um efeito anterior a outro, mas que não é anterior por ser causa deste.*

O antecedente desta conclusão é demonstrado tanto por um exemplo

quod est finis non est causa eius quod est efficiens, nec quandoque e converso. Communiter autem illud quod est efficiens non est causa eius quod est materia, quia eam supponit.

Expedito de comparationibus membrorum quartae divisionis de tertia breviter transeo, quia planum est eius dividendia repugnare et evacuare divisum. Quia:

DECIMA CONCLUSIO: *Si duo comparantur ad eandem causam, aut igitur proximam aut remotam.*

De secunda divisione duas conclusiones propono. Prima est de distinctione membrorum:

UNDECIMA CONCLUSIO: *Non omne causatum causae propinquius est causa causati remotioris ab eadem causa; igitur est aliquod causatum prius, non tamen prius quod est causa.*

Antecedens huius probatur exemplo et ratione. Ponitur tale exemplum:

<sup>10</sup> Inicia-se aqui o exame da terceira divisão do primeiro capítulo, a que trata de causa, efeito próximo e efeito remoto dentro da ordem essencial. A décima conclusão, por ser evidente, é tão-somente enunciada. A décima-primeira apresenta um exemplo (conforme já acenado no n. 5), que a clarifica: a substância é causa da qualidade e da quantidade, mas a qualidade só existe após existir a quantidade, embora a quantidade não seja causa produtora da qualidade. Assim, portanto, existe uma relação de anterioridade e posterioridade entre os efeitos. O argumento de razão, que o autor anuncia, acaba não sendo apresentado. Talvez, em lugar de *quia* (porque), se devesse ler *quare eam* (procure-a), algo que Scotus faz seguidamente em suas obras: remeter a outro texto seu.

quanto pela razão. Quanto ao exemplo, tome-se o seguinte: A quantidade é um efeito mais próximo que a qualidade, porém, não é a causa desta. Isto fica evidente quando se examinam as diversas causas. A conclusão é provada também pela razão, porque...

[19]<sup>11</sup> A segunda conclusão refere-se ao caráter exauriente da divisão.

DÉCIMA-SEGUNDA CONCLUSÃO:  
*Nada depende essencialmente a não ser de uma causa ou de um efeito mais próximo de uma causa.*

*Demonstração:* suponhamos que algo depende também de um outro, que chamamos A, enquanto ao dependente chamamos B. Ora, se A não existe, B também não pode existir. Porém, não existindo A, todas as causas essenciais de B podem concorrer, e todos os efeitos destas causas, que lhes são mais próximos que B, podem já estar causados: como A não é nenhuma destas causas ou destes efeitos, B não existirá, mesmo que todas as causas essenciais e os efeitos mais próximos que B já estejam postos. Logo, todas estas causas *per se* não são causas suficientes, mesmo se já foram causados os efeitos mais próximos. A consequência é evidente:

Quantitas est propinquius causatum qualitate, non tamen eius causa. Patet discurrendo per causas. – Probatur etiam ratione, quia...

Secunda conclusio est de sufficientia divisionis:

DUODECIMA CONCLUSIO: *Nihil dependet essentialiter nisi a causa vel a causato propinquiori alicui causae.*

Probatur: Quia si dependet ab aliquo alio, sit illud aliud A et dependens sit B. A non existente B non erit. Sed A non existente omnes per se causae ipsius B possunt concurrere, et etiam omnia causata istis causis propinquiora quam B possunt esse iam causata: Quia A nullum istorum est per te, igitur omnibus causis per se concurrentibus et omnibus causatis propinrioribus ipso B iam positus B non erit. Igitur omnes istae causae per se non sunt sufficientes causae etiam illis propinrioribus iam causatis. Consequentia patet: quia causae sufficientes iam causatis propinrioribus positus possunt causare remotius causatum.

<sup>11</sup> Nesta conclusão o autor trabalha com a *reductio ad absurdum*. Se B depende de A para existir, sendo portanto A uma "condição de possibilidade" para a existência de B, então, o conjunto de causas ordenadas e dos efeitos mais próximos das causas concorre para a produção de B, e no entanto B não é produzido, porque falta exatamente A. Ora, pertence à noção de 'causas suficientes' que elas, por si, são capazes de produzir o efeito. Acontece então que, por um lado, o conjunto de causas e de efeitos anteriores suficientes é colocado e, por outro, que o efeito não é produzido.

A primeira objeção refere-se à distinção entre não poder causar e não causar de fato, e nada acrescenta ao que já foi dito. A segunda refere-se ao mundo material e argumenta que um agente, ou causa eficiente, parece produzir somente a forma, mas não a matéria, pressuposta como existente. A resposta de Scotus é que tal agente não pode ser considerado como causa total, pois só o seria se fosse capaz de produzir também a matéria. Assim, mantém-se o absurdo exposto inicialmente.

pois as causas suficientes, uma vez causados os efeitos mais próximos, podem causar um mais remoto.

Caso se objete que o argumento não conclui que tais causas não podem causar, mas só que [de fato] não causam, direi que a objeção não é válida. Pois, se A não é colocado como existente, B também não pode existir. Se, pois, da parte das causas e dos causados mais próximos, tudo já foi colocado, nem por isto A vai existir, pois que não faz parte deles nem é causável por eles. Logo, também B não pode existir pela força deles, pois se uma coisa é condição para que outra venha a existir, então, aquilo que não pode fazer com que a primeira exista também não poderá fazer com que exista a segunda.

Pode-se também dizer: “Um ser composto pode ser causado por um agente natural, embora a matéria, sem a qual não pode haver composto, não possa ser causada por tal agente”. A objeção não vem ao caso, pois o agente natural não é a causa total do composto, no sentido de que este pudesse existir só graças àquele, prescindindo de qualquer outra causa. Falo de tal causa total, pois se todas as causas ordenadas em todos os gêneros de causalidade concorrem voltadas para B, e se todos os efeitos mais próximos que B já foram produzidos, contudo A não vai existir por eles, porque não é nem causa ou efeito que se enumera entre eles; e sem A, B não pode existir. Portanto, B não pode ser produzido por todas estas causas e efeitos simultaneamente. Logo, todos eles simultaneamente unidos não são a causa total de B. Isto é exatamente o oposto do que se objetava.

Si dicas quod argumentum non concludit quin possint, sed quod non causant, hoc nihil est. Nam A non posito esse per te B non potest esse. Positis omnibus ex parte causarum omnium et causatorum priorum A non potest esse per illa, quia non est aliquod illorum nec causabile ab eis. Ergo B non potest esse per illa; nam per nihil potest aliquid esse, per quod non potest esse sine quo impossibile est illud esse.

Si dicas: ‘Compositum potest esse per agens naturale, non tamen potest materia esse per ipsum sine qua impossibile est compositum esse’, instantia nihil valet; quia agens naturale non est causa tota compositi, a quo scilicet, circumscripto quoquomque alio, potest esse compositum. De tali loquor: quia sia omnes causas in omni genere causae ordinatas ad B coniungam et effectus omnes propinquoires ipso B sint producti, per omnes istas A non potest esse, quia non est causa nec causatum de numero istorum; et sine A, B non potest esse. Ergo per omnes istas simul iunctas B non potest esse; ergo omnes istae simul iunctae non sunt totaliter causa ipsius B: Quod est oppositum positi.

[20]<sup>12</sup> [Conclusões sobre a primeira divisão]

Quanto a primeira divisão, proponho duas conclusões semelhantes às anteriores. A primeira refere-se à distinção mútua de seus membros.

**DÉCIMA-TERCEIRA CONCLUSÃO:**  
*Nem tudo o que é excedido depende essencialmente do eminente. Portanto, o primeiro membro da primeira divisão não implica necessariamente o segundo.*

*Prova do antecedente:* Uma espécie mais nobre é eminente com relação à menos nobre, como, por exemplo, um contrário em relação a outro contrário inferior. Contudo, aquela não é causa desta, como é evidente por indução. Nem tão pouco é um efeito mais próximo, porque não há causalidade de uma causa comum, cuja eficácia se refira a elas, como a efeitos, segundo uma ordem essencial. Em caso contrário, a causa

De prima divisione similes conclusiones duas propono. Prima, quod eius membra invicem distinguuntur.

**DECIMA TERTIA CONCLUSIO:** *Non omne excessum dependet essentialiter ab eminente. Ergo primae divisionis primum membrum non infert secundum.*

*Probatio antecedentis:* species nobilior est eminens respectu minus nobilis, puta contrarium respectu minus contrarii; nec tamen respectu eius est aliqua causa – patet inductive – nec causatum propinquius, quia causalitas causae communis non respicit secundum ordinem essentialem illa ut causata. Tunc enim non posset causare excessum nisi prius causaret eminens, quod est patens falsum de quacumque

<sup>12</sup> Scotus diz que apresentará duas conclusões, mas, ao inverter a primeira delas (a décima-terceira), enuncia uma outra (a décima-quarta), e assim acaba apresentando três conclusões. Nestas duas primeiras mostra que existe facilmente áreas de exclusão entre a ordem de eminência e a de dependência. Na primeira, afirma que nem tudo o que é excedido depende essencialmente do eminente, isto é, nem sempre a ordem de eminência implica relação causal entre seus membros. Como seguido acontece, não é dado exemplo, limitando-se a falar de espécie mais nobre e da relação entre contrários. Poder-se-ia tomar como exemplo o fato de que o ser orgânico é mais perfeito que o inorgânico, mas nem por isso aquele é causa deste, ou efeito que necessariamente o antecede (SCAPIN, p. 110); outro exemplo seria o da relação entre contrários como saúde-doença, virtude-vício, onde também o primeiro é mais perfeito que o segundo, mas não lhe é causa, nem efeito anterior, proveniente de uma mesma causa comum (WOLTER, p. 217).

A décima-quarta conclusão é enunciada com a expressão '*ex abundantia*' (por abundância, por redundância, mas que preferi traduzir 'para maior clareza'), que deve ser tomada no sentido de que o tema é devidamente claro, pois, no rigor dos termos, o enunciado desta proposição não equivale ao da anterior. De fato, dizer que A não implica B não equivale a dizer que B não implica A. Scotus afirma que nem sempre o posterior na ordem de dependência é também excedido na ordem de eminência. São dados três exemplos: a matéria é anterior ao composto, mas este é mais nobre que aquela; o mesmo acontece na relação matéria e forma, se for aceito o que se aventou na nona conclusão; nos movimentos ordenados, isto é "naqueles em que a seqüência encontra-se em uma ordem essencial de dependência", como no caso do crescimento, (KLUXEN, p. 158), o que é posterior, isto é, o indivíduo adulto, depende de estágios anteriores (antes foi criança) e, contudo, é mais perfeito como adulto que como criança, conforme a observação de Aristóteles: "o que é anterior na ordem da geração, é posterior na ordem da forma e da substância".

não poderia produzir o excedido a não ser após haver produzido o eminente, o que é evidentemente falso, em se tratando de qualquer causa, pois se um contrário inferior é produzido por esta causa e o contrário mais nobre não é produzido por nenhuma causa, então tais contrários não se encontram essencialmente ordenados a nenhuma causa.

Além disso: Se um eminente não é causa do excedido, nem é efeito mais próximo da causa de ambos, segue-se que o excedido não depende essencialmente do eminente. Esta consequência é clara, a partir do que se demonstrou na conclusão anterior.

Para maior clareza, formulo também o contrário desta conclusão:

**DÉCIMA-QUARTA CONCLUSÃO:** *Nem todo o que depende é excedido por aquele do qual depende.*

Esta conclusão é evidente, pois o composto depende da matéria e, contudo, é muito mais perfeito que ela. Do mesmo modo, talvez, a forma também depende da matéria, como se acenou na nona conclusão; contudo, a forma é mais perfeita que a matéria, conforme consta no VII Livro da *Metafísica* (c 3, 1029a 5). Também no âmbito dos movimentos ordenados, o que é posterior por geração depende do que é anterior, porque este é efeito mais próximo da causa comum de ambos; contudo, o posterior é mais perfeito, segundo o X Livro da *Metafísica* (c 8, 1050a 4).

causa. Quia si contrarium vilius producitur ab hac causa contrario nobiliori a nulla causa producto, igitur respectu nullius causae sic ordinantur.

Ulterius: Si eminens aliquid non est causa respectu excessi nec causatum propinquius causae amborum, igitur excessu non dependet ab ipso essentialiter: Haec consequentia patet ex proxima praeostensa.

Ex abundati adiungo eius conversam:

**DECIMA QUARTA CONCLUSIO:** *Non omne dependens est excessum ab illo a quod dependet.*

Patet: Compositum dependet a materia, cum sit ipsa multo perfectius. Similiter forma fortassis a materia dependet – tactum est conclusionem nona –, tamen forma est perfectior, 7<sup>o</sup> *Metaphysicae*. In motibus etiam ordinatis quod est posterius generatione dependet a priore, quia prius est effectus propinquior causae amborum; tamen posterius est perfectius, 9<sup>o</sup> *Metaphysicae*.

[21]<sup>13</sup> [*Sobre o caráter exauriente da divisão*]

Em terceiro lugar, quanto ao caráter exauriente da divisão, proponho a seguinte conclusão geral de Aristóteles, suficientemente conhecida:

DÉCIMA-QUINTA CONCLUSÃO: *Nunca se deve colocar a pluralidade, se não houver necessidade.*

Ora, como não há necessidade de colocar outras ordens essenciais primárias, além das duas já indicadas, deve-se dizer que elas são as únicas. Esta proposição geral mostra também que são apenas seis as ordens essenciais, pois tantas foram as que demonstramos, e não há necessidade de apresentar outras.

[22]<sup>14</sup> [*Tema da parte final do capítulo*]

Após haver comparado em geral os membros da primeira divisão entre si,

Tertio, pro sufficientia huius divisionis hanc generalem propono apud Aristotelem satis notam:

DECIMA QUINTA CONCLUSIO: *Numquam pluralitas est ponenda sine necessitate.*

Cum igitur nulla necessitas appareat ponendi plures ordines essenciais primos quam duos praedictos, illi soli sunt. Haec etiam generalis propositio ostendit tantum sex esse ordines essenciais: tot ostensi sunt, et ad ponendum alios necessitas non appareat.

Comparatis membris primae divisiones ad invicem in communi,

<sup>13</sup> A análise da primeira divisão encerra-se com um enunciado geral tomado de ARISTÓTELES (I *Physica* 4, 188a 17; cf também 6, 189a 15-16). A intenção de Scotus é evidente: não são feitas ulteriores subdivisões na ordem de eminência, porque não existe necessidade de fazê-las. O enunciado aristotélico é conhecido dos medievais e, mais tarde, vai receber o nome de *navalha de Ockham*. Convém observar que há uma leitura conhecida deste enunciado, a qual, no entanto, o deforma: "*entia non sunt multiplicanda sine necessitate*". Nem Scotus nem Ockham falam de *entia*. Trata-se, para eles, de um procedimento metodológico e lógico, mas não ontológico. Já Leibniz percebera que, naquele lugar, *entia* não era a melhor palavra. Russell, Schlick ("designar plena e claramente as coisas do mundo com um mínimo de conceitos"), e principalmente Wittgenstein, valeram-se da 'navalha' como de um excelente instrumento metodológico, sabendo que eram devedores a Ockham (Cf. BECKMANN, J. P. *Wilhelm von Ockham*. München: Beck, 1995, p. 187ss).

<sup>14</sup> Na última conclusão deste capítulo, Scotus atém-se a um caso especial: a comparação dentro da primeira divisão, entre o excedido (ordem de eminência), de um lado, e o 'feito' e o determinado para o fim (ordem de dependência) de outro. O lugar em que se encontra é estratégico: precede aos argumentos baseados na causa eficiente, na causa final e na eminência a fim de provar a existência de um primeiro princípio. A primeira prova inicia-se com um enunciado, dizendo que o fim é melhor (no sentido de mais perfeito) do que o que está ordenado para o fim, pois é o fim, enquanto amado, que leva a causa eficiente a produzir o que é ordenado para o fim. Esta afirmação deve, porém, ser demonstrada. É o que o autor faz a seguir. Diz ele que se o causado fosse tão perfeito quanto o fim, então, poderia ele mesmo causar aquilo que o fim causa, o que equivale a dizer que poderia ser causa de si mesmo, o que vai contra a primeira conclusão deste capítulo. E se o fim não pode ser causa igual ao ordenado para o fim, logicamente também não pode ser causa inferior.

comparo agora, em especial, o membro posterior da primeira ordem com os dois membros posteriores especiais da segunda ordem. Noutras palavras: comparo o que é excedido com o que é efeito e com o que é ordenado para o fim. Limitome a propor somente uma conclusão.

**DÉCIMA-SEXTA CONCLUSÃO:** *Todo ordenado para o fim é excedido.*

*Demonstração:* O fim é melhor do que aquilo que a ele está ordenado. Isto se prova assim: o fim, enquanto amado, move a causa eficiente a causar [o que a ele está ordenado. Digamos que o fim é A e o ordenado para o fim é B]. Então A não é um bem menor que B, nem igual a ele, e sim um bem superior. – A segunda parte do antecedente [isto é,

comparo in speciali posterioris primi ordinis ad duo posteriora specialia secundi ordinis; comparo scilicet excessum ad effectum et finitum. Hic conclusionem unam propono quae talis est:

**DECIMA SEXTA CONCLUSIO:** *Omne finitum est excessum.*

*Probatur:* Quia finis est melior eo quod est ad ipsum. Hoc probatur: Quia finis ut amatum movet efficiens ad causandum. A igitur non est minus bonum ipso B nec aequale; ergo maius. – *Secunda pars antecedentis probatur:* Quia qua ratione aequale moveret, eadem ratione et idem posset movere,

---

A segunda prova apresenta uma certa dificuldade, porque, baseado em Aristóteles, compara o operar da natureza com o da arte, de um modo que era useiro para os medievais, mas que é quase desconhecido para nós. Como observa KLUXEN (p. 159), 'arte', em sentido estrito, para os medievais é "um conhecimento, pelo qual se sabe o que o homem, através da ação sobre a natureza material, pode produzir", valendo isto tanto para as manufaturas em geral, como para a pintura e a escultura, e mesmo para as artes liberais. Ora, o conhecimento artístico, determinado por um fim, diz como algo deve ser produzido. Assim, o conhecimento do fim oferece o princípio, através do qual se conhece o determinado para o fim. Deste modo, a relação entre fim e determinado para o fim assemelha-se à do silogismo. Ora, observa Scotus, "o princípio [a premissa] é mais perfeito [verdadeiro] que a conclusão", afirmação esta que pode ser estranha para nós, que ouvimos dizer que axiomas e teoremas deduzidos corretamente de um princípio possuem igual valor de verdade que o princípio. Acontece que "a concepção de Scotus baseia-se na idéia que o conceito perfeito de uma coisa (que deve incluir sua natureza essencial ou essência) contém os vários atributos desta natureza 'virtualmente', e se usado em uma proposição como sujeito, deve incluir intencionalmente tudo o que pode ser predicado sobre o sujeito necessariamente. Então, um 'princípio', ou 'ponto de partida' (de alguma inferência) pode ser entendido tanto de um conceito em si mesmo (como contendo virtualmente todos os termos predicados) como de uma proposição auto-evidente, na qual sua verdade é clara, a partir da análise do sentido dos termos. Tal proposição parecia, para Scotus e seus contemporâneos, ser 'mais verdadeira' e mais perfeita em seu conteúdo inteligível que as proposições que não eram tão evidentes como ela, por exigirem que suas conclusões fossem provadas por silogismo ou por dedução através de um processo de inferência" (WOLTER, p. 221). Ora, no conhecimento da arte, a verdade 'mais perfeita' do princípio é tomada do fim e, portanto, o fim é mais perfeito que aquilo do qual se trata em sentenças deduzidas da principal. Noutras palavras: "o fim é mais perfeito que o que está ordenado para o fim, assim como a premissa sobre o fim é mais verdadeira que a conclusão sobre os meios para o fim" (WOLTER, p. 222), e como a arte, na concepção aristotélica e medieval, imita a natureza, se esta viesse a agir de forma 'artística', ou se a arte viesse a agir de forma 'natural', as relações entre fim e meios para o fim deveriam ser as mesmas. Assim, passa-se da preeminência do princípio sobre a conclusão na ordem lógica do conhecimento artístico, para a preeminência do fim sobre o determinado para o fim no mesmo conhecimento, e deste para a preeminência do fim sobre o determinado para o fim na ação da natureza.

que o fim não é igual ao ordenado para o fim] demonstra-se assim: Se o fim movesse a causa eficiente pelo mesmo motivo que um bem igual moveria, então também B poderia mover, porque é igualmente amável e desejável; neste caso, porém, B poderia ser a causa final de si mesmo, o que vai contra a primeira conclusão deste segundo capítulo. Disso conclui-se [com relação à primeira parte do antecedente], que o fim tão pouco é um bem menor [que o ordenado para o fim].

Além disso: A natureza opera por um fim, como o faria a arte, se agisse naturalmente. Mas na arte o princípio [a premissa] de conhecimento do objeto artístico é tomado do fim [a ser atingido], enquanto a conclusão refere-se ao ordenado ao fim, conforme o II Livro da *Física* (c 8, 199a 8-15; c 9, 200a 15-b 4). O princípio, porém, é mais verdadeiro [que a conclusão]. Logo, o fim, que contém virtualmente a verdade da conclusão, é mais perfeito [que o ordenado ao fim, tal como a premissa, que contém virtualmente a conclusão, é mais perfeita] que o sujeito da conclusão.

[23]<sup>15</sup> Pode-se objetar que às vezes a vontade produz algo por amor de um

quia aeque est amabile et desiderabile, et ita posset esse causa finalis sui – contra primam huius secundi. Ex hoc concluditur quod nec minus.

Item: Natura agit propter finem sicut ars ageret si ageret naturaliter. Sed a fine in artificialibus sumitur principium cognitionis artificialis, de finito est conclusio, 2º Physicorum. Principium autem est verius: Ergo finis qui includit illam veritatem virtualiter est perfectior subiecto conclusionis.

Obicies: Aliqua voluntas causat aliquid propter minus bonum amatum;

<sup>15</sup> A objeção aqui levantada é importante, na medida em que, se não respondida, acabaria por destruir a conclusão. A questão colocada é a da vontade livre do homem, que pode praticar um ato bom em si, mas com uma finalidade má, como seria, por exemplo o ato de auxiliar alguém (o que em si é um ato bom), com o fim de vangloriar-se da obra feita (o fim é mau). Em sua resposta, Scotus observa inicialmente que a conclusão acima apresentada refere-se ao fim entendido pela natureza ou pela vontade bem ordenada, o que, portanto, significaria que pode haver exceção naquele enunciado, em se tratando da vontade desordenada. Neste sentido, a vontade desordenada pode produzir um ato que é superior a seu fim, mas tal fim, diz ele, não é o fim último, e o fim último será sempre maior que o ato produzido em vista do fim. Isto significa, pois, que seria necessário ter uma visão do conjunto – talvez se deve falar mesmo de um conhecimento teológico – para saber que tal ato “está ordenado a um fim perfeito por uma causa superior”. Em todo o caso, deve-se observar que na colocação final Scotus recusa claramente desqualificar a causalidade da vontade desordenada, como não sendo propriamente uma causalidade, e sim um instrumento, como algo que se move tal como a mão move um bastão. A causalidade de causa secundária

bem inferior, e neste caso o fim é excedido [pela ação realizada para obtê-lo]. O antecedente é evidente em todo o ato, bom por si, porém mau devido ao fim, por estar ordenado pelo agente a um fim inferior a si.

Respondo: A conclusão refere-se ao fim, tal como ele é entendido na natureza das coisas; este é sempre o fim da natureza e também o da vontade humana bem ordenada. Mas nem mesmo o caso de uma vontade desordenada invalida a conclusão, pois uma tal vontade não é a causa primeira do efeito. Logo, se por tal vontade o ato está ordenado a um fim menos perfeito, contudo, está ordenado a um fim mais perfeito por uma causa superior e ordenada, pois de outro modo não seria ordenado, como demonstra a prova da conclusão. Pois bem, se enquanto produzido por uma causa superior o ordenado para o fim possui um fim mais perfeito, é evidente então que algo é mais perfeito que ele. Conclui-se, pois, que todo o ordenado para o fim é excedido por um de seus fins – embora este não seja o fim próximo, por cujo amor é produzido por um agente próximo desordenado.

igitur ibi finis est excessus. Antecedens patet in actu omni bono ex genere et malo ex fine, quia ordinatur ab agente ad finem inferiorem se.

Respondeo: conclusio procedit de fine ex natura rei, qualis est semper finis naturae et finis voluntatis ordinatae. Sed nec instantia de voluntate inordinata destruit conclusionem: quia talis non est prima causa effectus. Igitur si a tali est ad finem non perfectiorem, ab alia superiore causa ordinata est ad perfectiorem, quia alias non esset ordinata, ut probatio conclusionis ostendit. Et si ut a superiore producitur habet finem perfectiorem, ergo aliquem perfectiorem. Ergo omne finitum est excessum ab aliquo fine suo licet non a proximo, propter quem amatum agens proximum inordinatum causat ipsum.

---

é uma verdadeira causalidade, mas não é dela que está sendo tratado aqui. “O problema da colocação de um fim moralmente mau, o problema da ordem moral em geral, é deixado de lado, depois de haver-se garantido que este tema é abrangido em princípio pelas relações já demonstradas; é um tema posteriormente ordenado e subordinado. Como ele deve ser compreendido especificamente e como deve ser interpretado na relação com o ontologicamente anterior, é algo que permanece aberto para uma análise específica” (KLUXEN, p. 161 s).

Scotus percebeu esta importância desta última conclusão, tanto que, na primeira redação do texto, havia a seguir outras duas: “17. *Omne excessum habet causam extrinsecam*. 18. *Nullum causatum est aequale causae suae* (17. Todo o excedido possui causa extrínseca. 18. Nenhum causado é igual à sua causa) (Cf. MÜLLER, M. *Joannis Duns Scoti Tractatus de Primo Principio*, Freiburg: Herder, 1941, p. 37s. Estas duas conclusões são apresentadas na *Additio I*, p. 137-150). Por outro lado, ao deixar de lado as conclusões 17 e 18, não se percebe claramente porque também não deixou a 16, já que ela apresenta de forma compacta o argumento que será melhor desenvolvido a seguir e, além disso, apresenta a questão não resolvida da vontade humana desordenada.

Poder-se-ia também [responder à objeção e] dizer que aquele fim próximo é seu fim só em sentido restrito. Isto, porém, não satisfaz, pois também a eficácia de uma causa inferior é uma verdadeira eficácia. Portanto, esta causa não opera apenas como movida tal qual um bastão que, não sendo propriamente agente, opera apenas como um efeito mais próximo e, por isso, não tem um fim próprio. Se, pois, esta causa não opera assim [como simples instrumento], então seu fim é verdadeiramente fim, pois a toda a causa eficiente *per se* corresponde um fim *per se*.

Posset etiam dici quod finis ille est finis eius secundum quid. Hoc non placet: quia efficientia causae inferiores est efficientia simpliciter. Ergo si non efficit praecise ut motum, sicut baculus – tali non correspondet finis proprius, quia non est agens proprie sed quasi effectum propinquius – si, inquam, non sic efficit, finis eius est finis simpliciter, quia omnis per se efficientis est aliquis per se finis.